



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

AS LUZES DO SÉCULO XVIII NA COMARCA DE ILHÉUS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIRCULAÇÃO DE SABERES E PRÁTICAS POLÍTICAS NO BRASIL COLONIAL (1797 – 1820)

Ana Paula dos Santos Lima*
(FAINOR)

RESUMO

A Ilustração foi um movimento heterogêneo que desenvolveu especificidades em cada local que abrangeu. Em Portugal, por exemplo, o desenvolvimento das ciências não negou a religiosidade. A circulação de saberes permitiu a disseminação dos ideais das luzes, porém, é preciso se notar as releituras específicas de cada lugar. No Brasil os ilustrados produziram saber que evidenciavam a realidade brasileira, abordaram a exploração dos recursos naturais e minerais, a educação e o tratamento dado a negros e indígenas, e a própria relação da colônia com a civilização europeia. Baltasar da Silva Lisboa foi um desses ilustrados luso-brasileiros que na Comarca de Ilhéus aplicou o conhecimento ilustrado na regulamentação dos cortes das madeiras. Sendo uma importante fonte de energia e material de construção a madeira despertou o zelo de conservação no seio da Coroa portuguesa. Essa comunicação versa sobre alguns resultados da pesquisa realizada para o desenvolvimento de minha tese de doutorado com o título: “Memórias de Baltasar da Silva Lisboa: a singular floresta e os povos de Ilhéus”. Para desenvolver o trabalho foram utilizadas fontes primárias e secundárias aproximadas ao tema em debate. A renovação da abordagem da história das ciências no Brasil permitiu o encontro de novos temas e problemas com um enfoque da ciência em ação em que o técnico-científico e o corpo social se redefinem e se reconstróem simultaneamente. Assim, concebe-se a construção de um conhecimento inserido numa estrutura cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Ilustração – Brasil Colonial – Comarca de Ilhéus

INTRODUÇÃO

De Iluminismo ou Ilustração costumamos chamar às ideias que eclodiram na Europa do século XVIII, quando o capitalismo já se consolidava e as preconizações teológicas da Igreja não mais eram suficientes para explicar os fenômenos sociais e

* Licenciada em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana. Atua como professora de História e de Filosofia da Faculdade Independente do Nordeste; Paula.ufba.uefs@gmail.com



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

naturais vigentes. Muito já se explorou acerca do Iluminismo, suas perspectivas econômicas, políticas, culturais e até mesmo educacionais. Mas, ainda cabem pesquisas sobre esse “projeto de mundo burguês” que não se limitou ao século XVIII e nem promoveu reformas imediatistas.

Para explicar os dilemas atuais com a moral Iluminista o autor Sérgio Paulo Rouanet diferenciou os conceitos de Ilustração e Iluminismo, dizendo que o primeiro foi uma corrente intelectual historicamente situada, correspondendo ao movimento que se cristalizou no século XVIII em torno de figuras como Voltaire, Diderot, Rousseau, entre outros. Já o Iluminismo seria uma tendência transepocal, não situada e limitada a uma época específica, “seria uma espécie de destilação teórica da Ilustração” (ROUANET, 2007: 207). Portanto, o termo Iluminismo, conforme esse autor pressupõe as variadas manifestações, interpretações e ressignificações da Ilustração no decorrer da história.

O conhecimento das ciências naturais representava para a Ilustração a chave para se compreender o próprio Homem e agir na sociedade. O ideal utilitarista se estruturou a partir desta confiança, considerando-se à natureza como autêntico meio de riquezas. Tal preconização estava baseada nos princípios dos fisiocratas que acreditavam que a terra (agricultura) era a legítima e única fonte de riqueza de uma nação.

Em pesquisas sobre o Iluminismo é comum se valorizar o estudo de teóricos europeus principalmente da França e da Inglaterra. No entanto, esses estudos vêm sendo enriquecidos por análises sobre a ação de ilustrados luso-brasileiros que cruzaram o Atlântico, produziram conhecimento, elaboraram discursos que nos permitem refletir sobre a especificidade do pensamento iluminista no Brasil evidenciando sua característica transepocal.

O livro *A Época Pombalina* escrito por Francisco José Calazans é rico em informações e reflexões sobre esse período da Ilustração, sendo ainda hoje, uma leitura bastante recomendada e de reconhecida contribuição para a historiografia. Esse autor afirma que a ideologia das “Luzes” se propagou por toda a Europa e os



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

centros de irradiação do pensamento e prática ilustrada - França, Inglaterra, Itália, Alemanha - foram paradigmas seguidos por “sociedades defasadas, que buscavam no movimento ilustrado uma ideologia de progresso, civilização e modernização”, fazendo parte dessa categoria a Espanha, Portugal, Suécia, Rússia, Polônia, parte do Império Otomano, os Países Baixos e Suíça (CALAZANS, 1993: 104). Esta afirmação ofereceu uma notável contribuição à historiografia por mostrar que a “Europa das Luzes” era bastante heterogênea, mas, conforma o centro como Inglaterra e França, elucidando os outros lugares como periferias (IDEM: 93). Portanto, segundo esse autor, Portugal estava numa situação periférica em relação à Ilustração europeia.

O suposto atraso de Portugal em relação à Ilustração o coloca numa condição periférica em relação às luzes europeias do XVIII. No entanto, poderia se considerar a seguinte hipótese: Portugal não constituiu um modelo de “Luzes” embasado num movimento laico como a França e a Inglaterra (SCHWARTZ, 2002: 86), porém, essa peculiaridade não diminui o valor do movimento da Ilustração no mundo luso. Isso porque, condições e relações materiais diversas levaram os indivíduos portugueses a construir novos direcionamentos no saber das “Luzes” fazendo-o participante de uma ressignificação histórico-cultural desse movimento intelectual. As afirmações estanques sobre a religiosidade de Portugal em detrimento da prática científica impossibilitam o encontro de novas formas de saber no âmbito das reformas ilustradas portuguesas.

Pedro Calafate (1994) asseverou que no século XVIII, a natureza serviu como “princípio fundamental e fundamentante” da ciência. Os homens de ciência desse período exploraram intensamente e com habilidade as potencialidades da natureza. Além disso, acrescenta o autor que, em Portugal “a fé não se constituiu em obstáculo ao avanço das ciências da natureza, mas num catalisador” (IDEM: 21). No pombalismo segundo o pesquisador, a natureza fala a linguagem da matemática e da geometria, mas fala igualmente a linguagem de Deus.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Desta forma, concordamos com a afirmativa sobre a diversidade da Ilustração europeia, e sugerimos que se duvide acerca da categorização de centros e periferias da Ilustração, considerando a premissa de Michel de Certeau (1982: 04) de se apreciar o lugar social, histórico dos indivíduos, tornando-os assim específicos e não simplesmente melhores ou piores.

Neste sentido, cabe indagar se no Brasil as manifestações da Ilustração foram uma réplica portuguesa. Uma resposta afirmativa a esta pergunta tem sido baseada na metáfora do centro e da periferia para explicar não apenas as relações políticas e militares, como também a circulação do conhecimento científico entre as metrópoles e suas colônias. Nesse sentido Xavier Polanco (1992:225/242) alertou que cada ciência mundial diz respeito a um fragmento do mundo, ciência conhecida mundialmente não quer dizer uma ciência universal. A ideia de universalidade da ciência e a Europa sendo a gênese desta ciência é uma construção que atendeu ao interesse de hegemonia europeia. Esse autor propõe que se questione a centralização da ciência nas metrópoles, pois entende que o mundo da ciência é muito estratificado.

Destarte, pensar numa linha de continuidade do discurso histórico da Ilustração, que parte da Europa central para depois chegar aos supostos imitadores periféricos consiste numa categorização de centros e periferias que subestima a capacidade criadora e criativa dos homens, em contrapartida, o caminho historiográfico sobre o Iluminismo no Brasil pode ser muito promissor se começarmos a valorizar as singularidades do pensamento de ilustrados luso-brasileiros e o contexto do Brasil colonial.

Lorelai Kury (2004), por exemplo, se refere as especificidades das “Luzes” ao tratar sobre homens de ciência no Brasil. A autora mostra que não devemos considerar a manifestação do Iluminismo na colônia como uma réplica da Europa. Seu argumento chave, *especificidade*, nos leva a questionar designações estanques sobre centros e periferias ou sociedades emanadoras e receptoras das “Luzes”.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

É coerente se validar a circulação de saberes e a noção de que partindo de suas necessidades, vontades, valores e inquietações, os homens em sociedade desenvolveram suas sínteses intelectuais e políticas. Portanto, as semelhanças de direcionamento teórico e ideológico referem-se às relações que os homens estabelecem em sociedade e as informações que compartilham.

Não obstante, a produção científica dos ilustrados luso-brasileiros possuía especificidades, pois eles tratavam de questões oriundas da realidade brasileira referentes à exploração dos recursos naturais e minerais, à educação e tratamento dado aos negros e indígenas, e à própria relação da colônia brasileira com a civilização europeia. Portanto, é válida a observação feita por Vincenzo Ferrone (1997:165) de que da “Rússia ao Brasil, da Irlanda à Suíça, do Tâmis às margens do Mediterrâneo, o desenvolvimento rápido do circuito acadêmico no decurso do século XVIII prefigurava nitidamente aquilo a que chamamos hoje uma moderna comunidade científica internacional” fundamentada numa crença de universalidade do saber, porém desenvolvendo-se conforme as condições específicas de cada contexto histórico.

Podemos nos referir a três momentos como determinantes no desenvolvimento da ciência no Brasil: o Iluminismo e a tradição naturalista, a ciência experimental associada ao positivismo e a criação das primeiras universidades no período de intensa conturbação social e constantes levantes militares nos idos de 1930. Conforme Dantes (1988: 268), o desenvolvimento científico pressupõe sempre questões sociais e ao tratar sobre a tradição naturalista esta autora expressou que “este voltar-se para a realidade nacional, foi a grande contribuição do movimento iluminista no Brasil”.

Investigações sobre o século XIX alargaram a percepção da dinâmica científica no Brasil, mesmo antes da instituição de universidades (LOPES, 1997: 323). Até meados da década de 80, a historiografia das ciências no Brasil, foi caracterizada “por uma produção pautada, na grande maioria, pelo entendimento de que o marco para a introdução das ciências neste país seria a criação das



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

primeiras universidades, nos anos de 1930, não levando em conta a existência de atividades científicas em períodos anteriores, e difundindo a ideia de atraso científico” (SANTANA, 2001:26).

Esse modelo historiográfico que considera a “História das Ciências no Brasil apenas como um apêndice da história da ciência produzida nos países símbolos do avanço civilizatório” foi inquietado por pesquisadores que desenvolveram trabalhos mostrando a existência de atividades científicas no Brasil em períodos anteriores ao marco até então estabelecido. Cabendo acrescentar que a realização desses trabalhos só foi possível com a ruptura do modelo de ciência expressa na historiografia com base fortemente eurocêntrica, que compreende a ciência como um corpo de conhecimento universal (IDEM: 27).

Pestre (1996) se referiu a uma renovação na história das ciências a partir da segunda metade dos anos de 1980 com a percepção de que “os fatos científicos são construções negociadas”. Valorizou um enfoque da ciência em ação em que o técnico-científico e o corpo social se (re) definem e se (re) constroem simultaneamente. É importante também destacar a anotação de Nunes (2001:23) sobre essa qualitativa mudança que a história das ciências teve nos anos oitenta com a inauguração de uma época das “novas tendências”, onde se passou a pensar, a analisar e a escrever de um outro modo a história das ciências, sendo também “das biografias dos cientistas, das instituições, das viagens filosóficas, da correspondência trocada, dos instrumentos e dos laboratórios experimentais, da difusão do conhecimento e da utilidade da inovação técnica”.

Assim, perde-se a figura do cientista-herói e concebe-se a construção de um conhecimento inserido numa estrutura cultural, também se descobrem alguns dos esquecidos da história e pode-se reconstituir o perfil coletivo de diversos núcleos de personalidades ligados à ciência e/ou à técnica, que pausada ou ritmadamente foram conduzindo suas carreiras profissionais e intelectuais (IDEM).

Na continuação sobre a dinâmica da ciência, cabe lembrar as problematizações feitas por Steven Shapin (1996) sobre a História da Revolução



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Científica nas quais desconstrói a ideia de “ciência”. Esse historiador criticou a abordagem de ciência como se fossem ideias que pairassem em um delimitado espaço conceitual insistindo na importância de situar as ações e o pensamento humano em seu contexto social e cultural, e ressaltou que os historiadores estão longe de delimitar ou de explicar o evento chamado de Revolução Científica. Portanto, conforme o referido autor, não existiu um evento singular chamado de “ciências” nos Setecentos, mas diversas formas e práticas culturais para compreender, explicar o mundo natural, cada uma com diferentes características e cada experiência com diferentes modos de atuação. Pestre (1996) propõe que é preferível abandonar a categoria “ciência” e se falar de campos disciplinares e de práticas materiais e cognitivas múltiplas. Nessa lógica, o termo ciência passa a ser uma *convenção* para denominar a aplicação da inteligência do homem no desenvolvimento de técnicas, instrumentos e ideias em investigações sobre a natureza no final do século XVIII e início do XIX.

Nessa configuração, o desenvolvimento de pesquisas no campo da História das Ciências no Brasil possibilitou a percepção de que em fins do século XVIII e início do XIX houve uma dinâmica da ciência no Brasil colonial, evidenciando que esse tempo teve sofisticadas elaborações do saber como resultado da aplicação da inteligência humana para conhecer o funcionamento da natureza, o que na época se denominou de Filosofia Natural.

As reformas pombalinas significaram o apogeu das “Luzes” em Portugal. No universo das ciências é importante destacar as mudanças ocorridas nos Estatutos da Universidade de Coimbra, com a instituição de estudos no campo da Filosofia Natural e, ainda nesse contexto, houve o advento das viagens naturalistas ou filosóficas. Nelas, homens de ciência estiveram a observar, coletar e a relatar sobre a flora, fauna, costume dos povos, infraestrutura e economia de diferentes lugares pertencentes à Coroa Portuguesa, sobretudo sobre o Brasil.

Entre os jovens que se formaram na reformada Universidade de Coimbra encontravam-se diversos estudantes brasileiros, alguns deles “formaram-se em



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Filosofia, que habilitava à carreira de naturalista. Porém, mesmo aqueles que optaram por outros cursos eram obrigados a frequentar as aulas de História Natural e vieram a demonstrar grande interesse pelas atividades próprias do naturalista”.

Uma notória quantidade dessa geração de bacharéis luso-brasileiros ocupou “cargos régios em funções administrativas, em missões de cunho científico, ou acumulando ambas, em várias partes do Império. Eles nos legaram vasta documentação, fruto de suas experiências profissionais como cientistas e como viajantes” (DA CRUZ, 2004: 158). Foi a chamada *geração de 1790* caracterizada por homens de ciência luso-brasileiros, formados em universidades europeias, que desenvolveram estudos sobre o território Brasil procurando adequar à realidade do Brasil conhecimentos adquiridos na Europa em estudos de História Natural. A “perspicácia da geração de 1790 emprestou racionalidade à análise dos problemas coloniais e, com fé otimista, projetou um grandioso conceito de império luso-brasileiro” (MAXWELL, 1999: 191). Alguns desses homens de ciência que perpassaram a Bahia, a saber:

- **Baltasar da Silva Lisboa**, o qual nasceu na Bahia no ano de 1761 e morreu no Rio de Janeiro em 1840, formou-se em filosofia e em Direito, tendo atuado em Portugal, no Rio de Janeiro e na Bahia, escreveu os *Anais do Rio de Janeiro* e diversas memórias sobre ciências naturais, valendo destacar as que resultaram de suas observações feitas na Comarca de Ilhéus;

- **Alexandre Rodrigues Ferreira**, nasceu na Bahia em 1756 e morreu em Lisboa em 1815, formou-se em Direito em Filosofia e Matemática, atuou em Portugal, Capitanias do Pará, Rio Negro e Mato Grosso e escreveu sobre ciências naturais;

- **Joaquim de Amorim e Castro**, nasceu na Bahia em 1760, formou-se em Filosofia, Direito e Matemática, atuou em Portugal e na Bahia (Cahoeira) e escreveu sobre mineralogia, agricultura, ciências naturais e madeiras;



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

- **José da Silva Lisboa**, nasceu na Bahia em 1756 e morreu no Rio de Janeiro em 1835; formou-se em Direito e Matemática, atuou em Portugal e no Brasil e escreveu sobre economia política.

- **José de Sá Bethencourt Accioli**, nasceu em Minas Gerais no ano de 1754, formou-se em Matemática e Filosofia, atuou em Minas Gerais e na Bahia (Ilhéus) e escreveu sobre agricultura e mineralogia.

- **Luís Antônio de Oliveira Mendes**, nasceu na Bahia, formou-se em Direito e Matemática, atuou em Portugal e na Bahia e escreveu sobre agricultura e invenções mecânicas.

- **Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá**, nasceu em Minas Gerais provavelmente no ano de 1758 e morreu na Bahia em 1835, formou-se em Direito, atuou em Minas Gerais e na Bahia (Ilhéus) e escreveu sobre mineralogia.

- **Manuel Galvão da Silva**, nasceu na Bahia, formou-se em Matemática e Filosofia, atuou na Bahia, em Goa e Moçambique e escreveu sobre mineralogia, ciências naturais¹.

Maria Odila Dias (1968) classificou as pesquisas voltadas para a realidade brasileira, desenvolvidas pela *geração de 1790*, como *Aspectos da Ilustração no Brasil*. Nesse clássico trabalho, norte teórico das pesquisas sobre ciência no século XVIII e início do XIX, a autora explicita que, formados nas principais universidades europeias, estudantes luso-brasileiros “procuraram ocupar-se dos problemas de sua terra e nela introduzir reformas”. A divulgação dessas pesquisas se deu principalmente através de *Memórias* enviadas à Academia Real das Ciências de Lisboa, instituição que representava juntamente com a Universidade de Coimbra as aspirações científicas de Portugal. Para a autora, “persistiria na mentalidade dos que ensaiaram a modernização do Brasil, (...) muitas das peculiaridades de pensamento dos ilustrados com os quais nos ocupamos” (IDEM: 169).

¹Ver: DA CRUZ, Ana Lúcia. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas*. UFP - Curitiba, 2004 no anexo 1. Importante destacar que ainda não se sabe algumas informações sobre o nascimento e morte de alguns destes homens de ciência.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

A atuação e produção científica da *geração de 1790* nos permite notar a especificidade do Iluminismo no Brasil. Em todo o território brasileiro havia homens de ciência – funcionários do Estado português, formados numa perspectiva das “Luzes”, resignificando o saber e produzindo conhecimento sobre a natureza e os povos que constituíram nos aspectos da Ilustração no Brasil.

Como exemplo da atuação desses homens de ciência luso-brasileiros no Brasil colonial apresentamos a experiência de Baltasar da Silva Lisboa na Comarca de Ilhéus. Ele foi importante participante desta *geração de 1790*, sua concepção naturalista considerava que a compreensão do mundo repousava no domínio da Natureza, a qual deveria ser inventariada e estudada como objeto científico. Por vinte anos ele ocupou o cargo de Juiz e Conservador das matas de Ilhéus no qual escreveu vários relatórios relativos a sua atuação. Num relatório de 1805² considerou que o corte indiscriminado de madeiras afetava a dinâmica natural e isso causaria danos de tal forma que por fim os homens sentiriam os desastres².

Compreendia que a administração dos recursos naturais carecia de uma sistematização. Desse modo, a natureza devia ser explorada para a sobrevivência do homem, bem como o aparato técnico ser desenvolvido através da inteligência. Entretanto, era necessário que se buscasse compreender o funcionamento daquilo que seria explorado, as matas, para que não houvesse prejuízo na estrutura natural e, conseqüentemente, no funcionamento social.

Há no pensamento de Baltasar Lisboa uma consciência de que os recursos naturais são finitos, bem como uma inquietação por urgência de políticas de conservação. Ele desejava uma política racional para os cortes das madeiras e pensava que o problema dos estragos feitos nas matas de Ilhéus residia no fato dos cortes serem feitos por indivíduos sem o conhecimento da História Natural. Nesse

²Ofício do ex-juiz conservador das matas da comarca de Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha, visconde de Anadia, João de Sá e Melo] sobre os cortes de madeira na referida comarca. Lisboa, 17 de Julho de 1805 – APEB.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

viés, defendeu que o Estado português se responsabilizasse pela conservação das matas no Brasil como ação de notória importância para a economia e sociedade.

Enquanto Juiz Conservador das matas da Comarca de Ilhéus, Baltasar da Silva Lisboa escreveu relatórios, conhecidos como *Memórias*, direcionados à Secretaria de Negócios Ultramarinos e para a Academia Real das Ciências de Lisboa, da qual ele era sócio. Importante lembrar que ciência e política andaram de mãos dadas no processo de ilustração luso-brasileira. Como tal, a Universidade de Coimbra e posteriormente a ACL deram conta de legitimar um modelo de ciência que interessava aos desenvolvimentos econômicos do Estado português. Essas memórias são constituídas por informações botânicas, infra estruturais e da dinâmica política da então Comarca de Ilhéus. Os assuntos abordados condizem com *Instruções* dadas por Domingos Vandelli a seus alunos de História Natural na Universidade de Coimbra, como foi o caso do próprio Baltasar da Silva Lisboa.

Na memória referente à abertura de uma estrada (BNRJ - 1808) são descritos aspectos físicos, geográficos e humanos das cerca de vinte vilas atingidas pelo projeto da estrada. Suas observações estavam centradas nos aspectos econômicos e arquitetônicos das localidades, cujo projeto se referia a “todos os lugares da costa e terra firme por duzentas léguas desde a vila de Valença até o Rio Doce”. Neste percurso, ele pôs mais de quarenta pontes de madeiras, além de barcas e canoas em diversos rios para permitir trânsito aos viajantes. No território baiano, conforme Baltasar Lisboa a estrada começou no atual município de Valença, percorrendo todo o litoral Sul da Bahia até o município de Mucuri.

Baltasar da Silva Lisboa informa que foi encarregado de abrir uma estrada entre as vilas da Comarca de Ilhéus pela portaria de quatro de março, obedecendo a Carta Régia de vinte e quatro de fevereiro de 1808, dirigida ao Excelentíssimo Conde da Ponte⁵, então Governador da Bahia e esse empreendimento teve como objetivo facilitar o acesso à capital, “tornando fáceis as comunicações entre longínquos e diferentes climas e povos” e representava o “selo da civilização e do progresso no Brasil”.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Já na “Memória Topográfica da Comarca de Ilhéus”, a única publicação feita por Baltasar Lisboa pela Academia Real das Ciências de Lisboa, traça-se o surgimento da Capitania de Ilhéus destacando a resistência indígena como empecilho para o desenvolvimento econômico no período da Capitania, supostamente se referindo ao ciclo de cana-de-açúcar; critica a atuação dos jesuítas e exalta a importância e riquezas naturais dessa Capitania para o Império luso. Fez uma síntese, um balanço de sua atuação como Juiz Conservador das Matas da Comarca de Ilhéus, incluindo informações presentes na memória sobre a abertura de estradas e de ofícios enviados para o Conselho Ultramarino. Ele demonstra intimidade com os povos da Comarca descrevendo detalhadamente costumes, religião e tratamento de doenças com ervas medicinais. Neste documento está a opinião de Baltasar Lisboa sobre a administração portuguesa e sua mais notável crítica à escravidão e aplicação de conceitos ilustrados em sua experiência como Juiz Conservador das Matas.

A memória Topográfica (ACL - 1823) e a Memória sobre a abertura de estradas (BNRJ - 1808) se completam, em conjunto, apresentam a visão de Baltasar da Silva Lisboa sobre a dinâmica econômica e social da região Sul da Bahia no início do século XIX.

Cabe também destacar as memórias botânicas, sobretudo, o “Ensaio da física vegetal dos bosques de Ilhéus” guardado pela Biblioteca Nacional de Portugal, no qual Baltasar Lisboa trata sobre a aplicação que fez dos princípios da História Natural, retomando pressupostos de teóricos como Duffon e Duhamel fez uma narrativa sobre a exploração dos cortes das madeiras na Comarca de Ilhéus destacando a utilidade do conhecimento da “física vegetal” para a compreensão das particularidades de cada árvore chegando a fazer um inventário contendo os nomes e utilidades de árvores de construção existentes nas matas de Ilhéus. Considerou que o objetivo desses seus estudos era instruir as pessoas a conservarem as matas do Brasil.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Alicerçado em seus ideais ilustrados, Baltasar da Silva Lisboa tornou-se não apenas um gerenciador, mas também um crítico notório dos cortes de madeiras em Ilhéus. Em seu plano de cortes das madeiras procurou harmonizar os interesses comerciais do Estado. Compreendia que a administração dos recursos naturais carecia de uma sistematização. Desse modo, a natureza devia ser explorada para a sobrevivência do homem, bem como o aparato técnico ser desenvolvido através da inteligência. Entretanto, era necessário que se buscasse compreender o funcionamento daquilo que seria explorado, as matas, para que não houvesse prejuízo na estrutura natural e, conseqüentemente, no funcionamento social.

Ele desejava uma política racional para os cortes das madeiras e pensava que o problema dos estragos feitos nas matas de Ilhéus residia no fato dos cortes serem feitos por indivíduos sem o conhecimento da História Natural. Nesse viés, defendeu que o Estado português se responsabilizasse pela conservação das matas no Brasil como ação de notória importância para a economia e sociedade.

Sua expressiva produção figurou em importantes espaços públicos e acadêmicos no Brasil e em Portugal. Suas considerações denotam uma das perspectivas iluminista de compreensão do mundo. A análise de seus ofícios, memórias e relatórios soma na percepção das especificidades da Ilustração no Brasil colonial e posteriormente o imperial.

Fontes:

LISBOA, Baltasar. **Ensaio da física dos bosques dos Ilhéus**. Entre 1801 e 1803. Biblioteca Nacional de Portugal. COD. 4561.

_____. **Memória Topográfica e econômica da Comarca dos Ilhéus 1823, manuscritos 1764**. Série Azul.

_____. **Memória acerca da Abertura de uma Estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente** – 1808. Maço 512 58, doc.52).



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

OFÍCIO do ex-juiz conservador das matas da comarca de Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha, visconde de Anadia, João de Sá e Melo] **sobre os cortes de madeira na referida comarca**. Lisboa, 17 de Julho de 1805. AHU/ APEB Cx. 237 doc. 16.331

REFERÊNCIAS

- CALAFATE, Pedro. **A ideia de natureza no século XVIII em Portugal (1740 - 1800)**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.
- CALAZANS, F.J. **A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. 2ed. São Paulo: Ática, 1993.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- DA CRUZ, Ana Lúcia. **Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas**. Tese de Doutorado - UFP Curitiba, 2004.
- DANTES, Maria Amélia. **Fases da implantação da Ciência no Brasil**. Quipu, vol.5.n.2.maio - agosto de 1988. p. 265-275.
- DIAS, Maria Odila. **Aspectos da Ilustração no Brasil**. Revista do IHGB, primeiro trimestre: 105-70, 1968.
- FERRONE, Vincenzo. **O homem de ciência**. In: VOVELLE, Michel. O Homem do Iluminismo. Capítulo V. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- LIMA, A. P. dos Santos. **Memórias de Baltasar da Silva Lisboa: a singular floresta e os povos de Ilhéus**. 297f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) - Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Feira de Santana, 2013
- LOPES, M. Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- KURY, Lorelai. **Homens de Ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol 11 (supplement): 109 - 20, 2004.
- MAXWELL, Kenneth. **A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro**. In: Chocolate, piratas e outros malandros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- NUNES, Maria de Fátima. CUNHA, Noberto. **Imprensa periódica científica (1772 - 1852)**. Lisboa: Estar Editora, 2011.
- PESTRE, Dominique. **Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens**. Cadernos IG/ Unicamp, vol. 6, n.1, 1996,



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

p 3-56.

POLANCO, Xavier. **World-Science: Howisthehistoryof World-Science tobeWritten?**. Science and empires, 1992.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Dilemas da moral iluminista**. Em: NOVAES, Adauto. Ética. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTANA, José Carlos Barreto de. **Euclides da Cunha e as ciências naturais**. São Paulo: Hucitec – Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SHAPIN, Steven. **TheScientificRevolution** .Chicago: Universityof Chicago Press, 1996.